

Manifestações de junho fechando o outono

Jair Pinheiro*

Resumo:

Este artigo é composto de duas seções: a primeira consiste de um exame empírico das manifestações de junho baseado no debate público e, a segunda, numa sintética formulação teórica sobre o enquadramento interpretativo para, em seguida, apresentar o que se considera os dois quadros interpretativos predominantes durante aquele ciclo de manifestações.

Palavras-chave: Manifestações; manifestantes; direito; repressão.

June protests to close the fall season

Abstract:

This article consists of two sections: the first is an empirical examination of the June protests based on the public debate, while the second is a synthetic theoretical formulation on interpretive framing, followed by what we consider to be the two interpretive frameworks that predominated during that protest cycle.

Keywords: Protests; protestors; law; repression.

No final do outono de 2013, o mês de junho, das festas dos santos católicos, surpreendeu a todos com um ciclo de manifestações tão inesperado quanto mal avaliado, que em nada lembra aqueles santos. Por má avaliação refiro-me àquelas baseadas em ideias gerais como insatisfação da cidadania, cobrança da cidadania por resultados e/ou por mais benefícios além dos já conquistados, veiculadas pela imprensa à época. Entre as muitas críticas que explicações desse gênero merecem, destaco a seguinte: ela consiste numa dupla redução e uma outorga de sentido, isto é, reduz os diferentes e heterogêneos atores a uma figura (cidadania) abstrata e ideológica, no sentido jurídico do termo, e as diferentes e conflitantes demandas à ideia de resultados ou benefícios; em seguida, outorga àquela figura investida do estatuto de sujeito uma vontade explicativa. Enfim, é uma explicação pronta para toda ocasião.

* Doutor em Ciência Política; pesquisador do grupo Cultura e Política do Mundo do Trabalho (CPMT); professor do departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Unesp, Marília-SP, Brasil. End. eletrônico: pinheiroj@uol.com.br

Num país habituado a superlativos, não faltou quem avaliasse o episódio como um antes e um depois no calendário: o Brasil nunca mais será o mesmo. Passados alguns meses, o diagnóstico revelou-se apenas mais um dos muitos superlativos abundantes nas manchetes e conversas cotidianas. Daí não se conclui que tais manifestações sejam inócuas para as disputas políticas que se travam na sociedade, mesmo porque, como se procura demonstrar mais adiante, as próprias manifestações foram e continuam sendo objeto de disputa.

Essa característica superlativa das avaliações torna qualquer avaliação apenas mais uma e, no entanto, é dever de ofício do pesquisador oferecer uma análise dos fatos. Como escapar ao paradoxo? Como enfrentar as dificuldades de interpretar acontecimentos sobre os quais muito se falou, mas muita informação ainda não veio a público? Para enfrentar essas questões, o método empregado na análise aqui apresentada consiste em periodizar este ciclo de manifestação. Por isso, não é meu propósito oferecer uma análise exaustiva, mas um enquadramento analítico dos acontecimentos.

Portanto, a variável que organiza a análise e o material empírico é a periodização do ciclo das manifestações, de 06 a 27 de junho. Limito-me a esta data porque as manifestações que ocorreram em 27 de junho adquiriram um certo quê de fechamento do ciclo e, as posteriores, tornaram-se pouco a pouco episódicas e evocavam as anteriores reclamando para si o caráter de continuidade. O método não consiste em realizar uma exposição cronológica, da qual emergiria como consequência natural uma explicação, mas marcar a periodização do ciclo de manifestação, e as mudanças que a acompanham, pela intervenção de dois tipos de atores politicamente significativos.

O primeiro tipo se refere a governos ou políticos, cuja intervenção incide sobre o curso dos acontecimentos por duas razões, pelo menos: 1) o Estado, principalmente na sua esfera municipal, é o interlocutor a quem o MPL – Movimento Passe Livre – dirige sua demanda de redução da tarifa; 2) a decisão dos governos de negociar e/ou reprimir, associada a outros fatores, sempre influi no desenvolvimento das mobilizações de massa. O segundo se refere à cobertura da mídia ou, mais precisamente, ao trabalho dos profissionais de mídia, uma vez que, como será examinado mais adiante, este trabalho é decisivo para o enquadramento interpretativo dos fatos.

O ciclo de manifestações

No dia 06 de junho o MPL – Movimento Passe Livre– realizou uma manifestação contra o aumento da tarifa de ônibus e pela reivindicação da Tarifa Zero, bandeira do movimento desde o seu surgimento, em 2005, à qual suas lideranças atribuem o sentido de uma luta anticapitalista por retirar dos empresários do se-

tor de transporte o poder de controle da mobilidade urbana. Como já se tornou um padrão da relação do Estado com os movimentos sociais, a manifestação foi violentamente reprimida, e a repressão reportada pela imprensa como uma ação cabal contra vândalos que perturbam a ordem pública.

Os telejornais exibiram imagens da ação policial ilustradas por entrevista com o governador Alckmin, acompanhado do prefeito Fernando Haddad, de Paris¹, na qual garantia que a ordem seria mantida, seguida de entrevista do ministro da justiça oferecendo apoio do governo federal ao governador para a manutenção da ordem. No dia 11/06/13, ainda na França, o governador reiterou sua visão de que “Uma coisa é movimento, tem que ser respeitado, ouvido, dialogado. Isso é normal e é nosso dever fazê-lo. Outra coisa é vandalismo, é você interromper artérias importantes da cidade, tirar o direito de ir e vir das pessoas, depredar o patrimônio público que é de todos. Isso não é possível, aí é caso de polícia e a polícia tem o dever de garantir a segurança das pessoas”².

Nessa primeira fase, a abordagem predominante na imprensa esteve em franca sintonia com a das autoridades e a repressão foi indiscriminada. Parafraseando declaração do próprio governador em outra ocasião, pode-se dizer que quem ficou em casa não apanhou³. Para ilustrar a truculência repressiva, citarei quatro casos emblemáticos, de acordo com uma combinação de alguns dos seguintes critérios: 1) desrespeito ao trabalho da imprensa, 2) emprego generalizado e desproporcional da força, 3) alegações típicas de regimes ditatoriais⁴ e/ou 4) provocações verbais dirigidas pelos policiais aos manifestantes detidos.

¹Onde ambos se encontravam para defender a candidatura da cidade de São Paulo como sede da Exposição Mundial 2020.

²Não é ocioso assinalar que a referência ao direito de ir e vir e à defesa do patrimônio público foram formas discursivas que, nas declarações das autoridades, apenas operaram como senha para liberar a truculência da ação policial amplamente documentada, tanto pela mídia corporativa como pela independente. A declaração do governador está disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/em-entrevista-radio-alcmin-diz-que-bloquear-vias-e-caso-de-policia.html>

³“Quem não reagiu está vivo”, afirmou Alckmin, sobre “a ação da Rota (Rondas Ostensivas Tobias Aguiar) que terminou com nove suspeitos mortos na terça-feira” (11/09/13). Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/09/quem-nao-reagiu-esta-vivo-diz-alcmin-sobre-acao-da-rota.html>

⁴O estudante de direito Arthur Cuzziol afirmou ter sido agredido por uma policial militar durante uma abordagem, na avenida Paulista. Ele foi levado à delegacia em seguida.

- A policial perguntou: “por que você está de cabeça erguida?” Aí eu falei: “estou de cabeça erguida porque não tenho motivo para baixar a cabeça”. No que passamos na calçada, no escuro, levei uma borrachada [golpe de cassetete] na barriga. Aí ela falou, “agora você baixou a cabeça”. E aí me trouxeram para cá [78º DP]. Depoimento disponível em: <http://noticias.r7.com/sao-paulo/marcado-por-maior-repressao-e-violencia-quarto-dia-de-protesto-tem-mais-de-240-detidos-14062013>

O primeiro, a revista *Carta Capital* questiona a premissa da ação policial que resultou na prisão de um dos seus repórteres:

A prisão do jornalista Piero Locatelli e a agressão aos cidadãos e profissionais de alguma forma envolvidos nos protestos é simbólica em vários sentidos. Todos foram punidos por terem questionado, ou se aproximado de quem questionou, o porquê das decisões – a princípio tomadas para protegê-los. No vídeo gravado por CartaCapital, Locatelli pergunta insistentemente por que está sendo preso e onde a lei, que vale para ele tanto quanto para os soldados em serviço, explicita a proibição de vinagre na mochila – o vinagre, como se sabe, minimiza os efeitos do gás lacrimogêneo⁵.

O segundo, também protagonizado involuntariamente por uma profissional da imprensa:

A repórter da TV Folha Giuliana Vallone foi atingida no olho por uma bala de borracha quando cobria o quarto protesto contra o aumento de passagem na noite desta quinta-feira (13) no centro de São Paulo. Ela estava na rua Augusta quando foi ferida. De acordo com a Folha de São Paulo, o repórter fotográfico Fábio Braga também foi atingido por dois disparos, sendo um no rosto e outro na virilha. Ainda de acordo com a Folha de São Paulo, mais cinco jornalistas também foram atingidos na manifestação⁶.

O terceiro caso ilustra uma espécie de trabalho de limpeza do rescaldo, ou seja, após a dispersão dos manifestantes, “limpa-se” a área, dispersando qualquer tipo de aglomeração.

Após a série de confrontos entre policiais e manifestantes que protestavam contra o aumento do transporte na cidade de São Paulo, pessoas que estavam sentadas em um bar na avenida Paulista foram expulsas do local, à força, por um grupo de PMs. (...) A estudante de Rádio e TV Gabriela Lacerda, 24, estava com o namorado no bar Charme da Paulista, na esquina com a alameda Casa Branca, quando um grupo de policiais portando escudo e tonfa (espécie de cassetete) abordou clientes e derrubou as mesas e cadeiras que estavam na calçada. (...). Gabriela e o namorado, Raul Longhini, 20, após saírem do bar, foram derrubados na calçada --ela teve o antebraço direito ferido com golpes de tonfa.

“Sou super pacífica, esta foi a primeira manifestação que participei. Mas saí antes porque vi que nem todo mundo estava com a mesma proposta. Nunca pichei

⁵Publicado em 14/06/13, disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/quem-nao-reagiu-esta-vivo-8670.html>

⁶Disponível em: <http://noticias.r7.com/sao-paulo/reporter-e-atingida-no-olho-por-bala-de-borracha-durante-cobertura-das-manifestacoes-14062013>

um muro e pago meus impostos”, disse.” A polícia foi extremamente violenta. Eu estava sentada tomando cerveja e me jogaram no chão. Me deram porrada.” A Folha presenciou as agressões. Longhini disse, revoltado, que não poderia nem reclamar da ação na Corregedoria da PM porque os policiais estavam sem identificação em seus coletes.” Isso é um absurdo. Quem deveria me proteger me agride sem motivo”, afirmou o estudante de marketing⁷.

O quarto, protagonizado por uma jovem estudante, como ela mesma relata e que transcrevo com pequenas supressões para não prejudicar a narrativa e dar a medida do desrespeito a direitos básicos, ao mesmo tempo que o denuncia – ainda que isto possa ferir suscetibilidades acadêmicas:

Na noite de terça-feira, dia 11 de junho, mal sabia o que me esperava.

Depois de fugir das bombas de gás lacrimogêneo e das balas de borracha disparadas pela Polícia Militar na Av. Paulista, corri para algum abrigo seguro com um amigo. Depois de um tempo, os semáforos indicavam a orientação e os carros cumpriam sua ordem. A situação se normalizava. Segui meu caminho, fui encontrar uns companheiros por volta das 22 horas na esquina da Av. Paulista com a Av. Brigadeiro. Logo quando cheguei a ROCAM (Ronda Ostensiva com Apoio de Motocicletas) com mais de 10 homens da Polícia Militar montados em suas motos estacionaram exatamente nesse local. Como não devia nada a ninguém – principalmente ao Estado – fiquei conversando com uns camaradas que estavam à espera da abertura do metrô. Não demorou 2 minutos e esses policiais com seu aparato repressivo intimaram-nos: armas em punho, apontadas para a cabeça de um, nas costas, um chute na perna de outro. Revistaram todos. Reviraram minha mochila, só tinha roupas, um livro e documentos. Mantiveram-nos ali e nos interrogaram se estávamos na manifestação. Ficavam provocando: “O que você estava fazendo na manifestação?”; “Não tinha coisa melhor pra fazer?”; “Por que saiu de sua cidade pra vim pra cá?”; “Devia ter ficado lá.”; “Você é burra!”. Tentei responder uma e outra questão, mas não era isso que queriam. (...) Os policiais não me deixaram telefonar para ninguém e sem saber exatamente o porquê me levaram para o 78º Distrito Policial no bairro dos Jardins.

Era a única mulher. Fiquei em pé um tempo considerável. Depois me colaram numa pequena sala onde lacraram meus pertences e uma policial foi me revistar. Fiquei totalmente nua, enquanto revistava as minhas roupas. (...). Detalhe: ainda não sabia qual o “crime” que tinha cometido. Estava presa sem saber por quê.

De madrugada me chamaram para depor. Somente nesse momento descobri que estava sendo acusada pelo Estado por formação de quadrilha e dano ao patrimônio público. E o pior, era flagrante!

⁷Folha de S. Paulo, 14/06/13. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1294916-apos-confronto-casal-e-agredido-por-pms-na-regiao-da-paulista.shtml>

Flagrante? Estar na Av. Paulista esperando colegas, conversando com pessoas era um crime? Formação de quadrilha? Com pessoas que conheci naquele instante? Ou participar de uma manifestação política para reivindicar direitos era o crime daquela noite? Alguma estranha semelhança com as narrativas da época da ditadura militar... No entanto, estamos vivenciando a plena democracia burguesa.

A história não para por aí. Sem noção das horas, depois de passar a noite na cela do 78º DP sem comer, com essa acusação absurda, fui levada no dia seguinte para o 89º Distrito Policial no Morumbi. Este é um lugar de trânsito, as presas ficam lá para depois serem encaminhadas aos Centros de Detenção. Fiquei incomunicável, tive que torcer para que alguém me encontrasse lá! (...).

Naquela noite achei que o dia seguinte seria melhor e adormeci. Engano meu. O “bonde” chegou cedo. Um carro totalmente fechado com apenas uma ventoinha que faz barulho e aparentemente seria para circular o ar. No escuro, em alta velocidade, debatendo de um lado para o outro, algemadas uma no braço da outra fomos, até o CDP de Franco da Rocha. No meio do caminho passei muito mal, falta de ar, tontura, vontade de vomitar. Não fui a única, uma outra presa teve uma convulsão e ficamos batendo nas paredes e gritando para o guarda parar o bonde. Foi em vão. Não parou, a presa não foi medicada.

Em Franco da Rocha novamente fui revistada duas vezes. Novamente nua, agora com um agravante, agachar no espelho, abrir a vagina e fazer força. Essa era a ordem. E passei, como todas que ali vão parar, por essa humilhação. Depois, levaram-me para uma cela e lá permaneci. Achei que dormiria naquele lugar frio, úmido, mofado, com bastante água no chão. Apesar das adversidades, sabiam onde eu estava.

As coisas complicaram de noite. Estava jantando quando uma policial me disse pra trocar de roupa e jogar a comida no lixo. Eu me troquei rapidamente, cheguei a pensar que iria embora. Nada! Levaram-me para uma viatura ambulância. Perguntei para onde estava indo, não me responderam. Questionei se meu advogado sabia que estava saindo de lá, sem resposta. Mandaram-me entrar no vagão, me deram um comprimido que disseram ser plasil e me vi indo sei lá para onde

E agora? O que vão fazer comigo? Para onde estão me levando? Por que me deram um remédio? Queriam me dopar? Uma sensação horrorosa. Estar totalmente a mercê do Estado. Atada. Eles têm armas, têm a legitimidade e o monopólio oficial do uso da violência e sabemos bem que a polícia usufrui desse poder sem pestanejar, como são os diversos casos, noticiados (ou não) nas periferias das grandes cidades.

No meio da noite cheguei em Tremembé, no Vale do Paraíba, presídio feminino de segurança máxima. Nossa! Que crime gravíssimo eu cometi! Estava em uma manifestação e vim parar no presídio de criminosos que não podem se misturar com presos comuns! Será que sabem onde estou? Como vão me encontrar aqui? Quem me transferiu para esse lugar? Ordem do diretor de Franco da Rocha? Do secretário de Segurança? Por quê? Muitas perguntas sem respostas. (...).

No final da tarde vieram me chamar! O juiz concedeu a liberdade provisória. Nossa! Que alívio poder sair da prisão! Foram os três dias mais longos da minha vida! No entanto, as coisas ainda não estão resolvidas. Liberdade provisória com restrições de saída do domicílio. O Estado tenta, com suas garras jurídicas e institucionais, amarrar os militantes que lutam por seus direitos, criminalizar a luta dos trabalhadores. No dia em que fui presa, mais 20 manifestantes também foram, e na quinta-feira mais de 200 pessoas foram detidas. Ao mesmo tempo, pelo Brasil, diversas manifestações são reprimidas por denunciar os crimes dos megaeventos, como os despejos que antecedem a Copa do Mundo e as fortunas injetadas nos bolsos do empresariado da construção civil.⁸

Ao contrário do que esperavam as autoridades, a cada nova manifestação violentamente reprimida aumentava o número de manifestantes nas ruas. Não é possível oferecer, neste breve artigo, uma avaliação exaustiva das causas dessa adesão crescente às manifestações, mas, certamente, contribuíram diversos fatores, tais como: péssima avaliação popular do sistema de transporte público⁹; as lutas e manifestações que vinham ocorrendo desde o começo do ano; a repressão indiscriminada ilustrada com os casos emblemáticos acima mencionados; e a difusão em tempo real da truculência repressiva pela cobertura jornalística independente¹⁰.

O fato é que essa adesão crescente às manifestações deu lugar à segunda fase que, sem muito rigor cronológico, começa em 14/06/13 e é marcada por uma mudança de abordagem da imprensa. O discurso em defesa da ordem deslocou-se do campo da segurança nacional para o do monopólio do uso legítimo da força, como sustenta o jornal Folha de S. Paulo: “Nem mesmo o saldo de 13 PMs feridos justifica o emprego de meios excessivos pela polícia. Tampouco foi eficaz a ação da PM, afinal ela acabou contribuindo para paralisar a cidade, mais até do que o próprio protesto. De promotores da paz pública, policiais transformaram-se em agentes do caos e da truculência que lhes cabia reprimir,

⁸Relato de um cárcere: 68 longas horas, por Stephanie Fenselau, disponível em: <http://passapalavra.info/2013/06/79431>. Notas da depoente suprimidas. No endereço eletrônico https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=8jljnMm4j8o há um relato de uma estudante sobre a prisão de manifestantes no Rio de Janeiro que dá conta do mesmo padrão.

⁹O sistema de transporte, que inclui ônibus, metrô e trem, é considerado ruim ou péssimo por 55% das pessoas, ante 42% da última pesquisa, de setembro de 2011. “, 15/06/13. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1295658-avaliacao-do-transporte-publico-de-sp-e-a-pior-desde-87-diz-datafolha.shtml>

¹⁰Além dos blogs e das redes sociais, mencione-se, a título de exemplo, o grupo NINJA – Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação. Posteriormente surgiram suspeitas e controvérsias quanto ao seu *modus operandi* e método de recrutamento, o que não é tratado aqui. *Folha de S. Paulo*

dentro da lei, da legitimidade e da razão¹¹.”

Esse deslocamento do discurso em defesa da ordem é acompanhado de uma outra mudança na cobertura dos principais veículos impressos e eletrônicos: a substituição da abordagem baseada na repercussão da versão oficial das autoridades pela tomada de posição, pela intervenção decidida no debate sobre a pauta das manifestações:

(...) no dia 17 de junho, a TV Cultura, emissora do sistema público de rádio e TV do estado de São Paulo, entrevista, no programa Roda Viva, a estudante Nina Capello e o professor Lucas Monteiro de Oliveira, líderes do Movimento Passe Livre. Neste mesmo dia acontecia na capital paulista uma das maiores manifestações públicas, com a estimativa oficial de mais de cem mil participantes. (...). Entre os entrevistadores deste dia estava uma jovem jornalista da Folha de S. Paulo, Giuliana Vallone, uma das vítimas da violência policial do dia 13 (...). Veio de Vallone a primeira menção ao fato das manifestações terem pautas múltiplas, muito além do preço da passagem dos ônibus. Apesar dos entrevistados insistirem que o Movimento Passe Livre convocara as passeatas contra o aumento das passagens, não foram poucos os entrevistadores que insistiram que os protestos indicavam uma insatisfação popular muito mais ampla, destacadamente contra o governo federal e contra a PEC 37. Outro ponto a ser destacado na entrevista foi a insistência no questionamento sobre a relação do Movimento Passe Livre com partidos de esquerda. (Sólha, 2013)

Arnaldo Jabor, comentarista da Rede Globo, conhecido por suas críticas ácidas aos movimentos sociais, não titubeia nas suas imprecisões dirigidas aos manifestantes: “Realmente, esses revoltosos de classe média não valem nem R\$ 0,20”. Dois dias depois, o intrépido comentarista faz autocrítica: “À primeira vista este movimento parecia uma pequena provocação inútil, que muitos criticaram erradamente, inclusive eu (...)”, em seguida passa a elogiar a juventude que dias antes desqualificara, e conclui com a pauta política que o movimento deve adotar:

É preciso uma política nova, se reinventando, mas com objetivos concretos como, por exemplo, a luta contra o projeto de emenda constitucional 37, o PEC37, que será votada a semana que vem para limitar o ministério público, que defende a sociedade. Se tudo correr bem, estamos vivendo um momento histórico lindo e novo, os jovens terão nos dados uma lição: democracia já temos, agora temos que formar uma república¹².

¹¹Editorial intitulado *Agentes do Caos*, de 15/06/13, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/113982-agentes-do-caos.shtml>

¹²Telejornal *Jornal da Globo*, de 17/06/13. No mesmo dia, em entrevista à rádio CBN, o comentarista foi mais incisivo: “A terrível ameaça da PEC-37 que será votada daqui a uma semana na Câmara dos Deputados, que acaba na prática com o Ministério Público, que pode até reverter o mensalão, pode até acabar com o processo da morte de Celso Daniel...”.

Como bem observou Sólha (2013), “A mudança de posição da *media* foi absolutamente sincronizada com a incorporação das pautas mediáticas pelos jovens nas ruas. Até o 17 de junho, não eram vistos protestos sobre as PECs ou sobre ‘As 5 causas’¹³, embora o tema da corrupção fosse permanente nas manifestações”.

A terceira fase já pode ser considerada efeito dessa mudança de abordagem da mídia. Iniciada entre 19 e 20 de junho, é marcada por uma enorme cacofonia, que inclui: a adesão das manifestações aos lemas e bandeiras com que a mídia pautara o debate público já na segunda fase; o repúdio aos partidos (sobretudo os da esquerda do espectro ideológico) e a todos os direitos sociais historicamente reivindicados; quebra-quebra como expressão de repúdio ao capitalismo; entrevistas de políticos opositores ao governo federal repercutindo a pauta da mídia etc.. Nesta fase, dois tipos de manifestação distintos quanto ao método e aos participantes ocuparam as ruas e ganharam destaque na imprensa: 1) um nacionalismo com tonalidades conservadoras que adotou a luta contra a corrupção e o repúdio aos partidos como bandeiras e 2) o quebra-quebra de símbolos do capitalismo (bancos, principalmente) e do Estado (sedes do executivo e do legislativo, entre outras repartições) por manifestantes adeptos da tática black bloc.

No que se refere ao primeiro tipo, em diversas cidades (São Paulo, Rio de Janeiro¹⁴, Florianópolis¹⁵ e Porto Alegre¹⁶, entre outras) pelo país, manifestantes

¹³As cinco causas: “1. Não á PEC 37. 2. Saida imediata de Renan Calheiros da presidência do Congresso Nacional (*sic*). 3. Imediata investigação e punição de irregularidades nas obras da Copa, pela Polícia Federal e Ministério Público Federal. 4. Queremos uma lei que torne a corrupção no Congresso crime hediondo. 5. Fim do foro privilegiado, pois ele é um ultraje ao artigo 5º da nossa Constituição!”, veiculadas num vídeo iniciado com a estética do grupo Anonymous, estranhamente finalizado com a estética dos grupos de extrema direita, que também intervieram na rede naquele período, com a bandeira do Brasil como plano de fundo e o verso do hino nacional que adotaram como lema: “verás que um filho teu não foge à luta”. A Rede Globo atribuiu ao grupo Anonymous a autoria do vídeo, embora o grupo tenha negado. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=2jbOdvIx0Ng&hd=1>

¹⁴Multidão estimada em 300 mil manifestantes, no dia 20/06/13 se reúne na Av. Presidente Vargas, com a marca verde e amarela no rosto e a bandeira brasileira às costas, enquanto a repórter da Rede Globo relata em tom professoral: “Cantando, a multidão repreendia a minoria que levava bandeira partidária”. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=KQBjVWVEUjY>

¹⁵As ruas de Florianópolis, no dia de ontem (20 de junho), expressaram a luta de classe na sua forma mais acabada. (...). Depois, começaram a aparecer aqueles que nunca vieram. Vinham com as caras pintadas, com tinta verde e amarela, o que sugeria que havia alguma organização por trás, uma vez que a tinta parecia a mesma. Outros carregavam faixas de plástico, bem arranjadas, feitas em série, o que também mostrava a organização. Havia gente espalhada pela entrada do terminal distribuindo camisetas, onde se lia o mote da classe média: “abaixo a corrupção”. (...) A fala do coronel Nazareno, comandante geral do Polícia Militar, não podia ser mais explícita. Ao ser perguntado por que a polícia estava fazendo a proteção em vez de garantir o direito de ir e vir dos carros que estavam trancados, sem poder passar a ponte, ele disse: “Esse não é um movimento particular, de trabalhadores, de sindicatos. É um movimento da sociedade”. Elaine Tavares, *A virada da direita – dia 20 em Florianópolis*, 21/06/13. Disponível em: <http://www.brasilefato.com.br/node/13315> <http://www.brasilefato.com.br/node/13315>

¹⁶Quinta-feira, 27 de junho, Porto Alegre, frente do Palácio Piratini, sede do governo gaúcho. Nove horas da noite. Na Praça da Matriz, mais de quatro mil manifestantes fazem seu protesto legítimo em perfeita harmonia, inclusive com as forças da Brigada Militar, que garantem a segurança para a cidadania manifestar-se livremente. (...) No céu, um helicóptero com letreiros eletrônicos voeja rente à Praça, com dizeres contra a existência dos Partidos e afirma que, desta forma –sem os partidos– o Brasil “tem jeito”. Quem promoveu este voo? Quem o pagou? Como ele se conecta com as manifestações?”. Tarso Genro, governador do estado do Rio Grande do Sul, *Uma esquerda à altura da crise da República*. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/detalhelmpriimir.cfm?conteudo_id=28215&flag_destaque_longo_curto=C

com bandeiras de partidos de esquerda foram espancados e hostilizados em manifestações que se caracterizaram pelo apelo ao sentimento patriótico, associado a refrões anticorrupção. A imagem com mais destaque na cobertura televisiva das manifestações de 20 de junho foi a de jovens neófitos em manifestações com a bandeira brasileira às costas e cantando o refrão: “sou brasileiro, com muito orgulho”.

As manifestações como objeto de disputa política

Nesta seção, a título de exame da disputa pelo significado político deste ciclo de manifestações, sinteticamente exposto na anterior, faço uso do conceito operacional de quadro interpretativo, definido por Snow e Benford como “um esquema interpretativo que simplifica e condensa o ‘mundo lá fora’, ao pontuar e codificar seletivamente objetos, situações, acontecimentos, experiências e sequência de ações num ambiente passado ou presente” (1992: 137). Esquema formulado por todos os atores envolvidos, visando, de algum modo, definir a identidade do movimento (o “nós”) que luta contra aqueles considerados responsáveis (o “eles”) por uma situação considerada injusta (Gamson e Modigliani, 1992).

Uma das características mais evidente de um ciclo de manifestações como este é se tornar objeto do debate público, pois praticamente todos são interpelados pelos fatos e instados a se posicionar sobre os temas propagandeados pelos manifestantes. Nesse contexto, a formulação de quadros interpretativos pela mídia¹⁷ adquire especial relevância para os desdobramentos do ciclo porque “(...) tem um forte impacto na construção da realidade social, isto é, no enquadramento das imagens da realidade... segundo uma maneira previsível e padronizada.” (Macquail, 1994: 331, *apud* Scheufele, 1999: 105). Além disso, “O discurso da mídia é parte do processo pelo qual os indivíduos constroem significados, e a opinião pública é parte do processo pelo qual os jornalistas... desenvolvem e cristalizam significados no discurso público” (Gamson e Modigliani, 1989: 2, *apud* Scheufele, 1999: 105).

¹⁷“(…) links da mídia brasileira responderam por 80% dos endereços de maior alcance nas principais “hashtags” das manifestações no Twitter, segundo dados do site Topsy. Só 5% eram postagens em blogs. (...) Fábio Malini, coordenador do Laboratório de Estudos sobre Internet e Cibercultura da Universidade Federal do Espírito Santo, diz que os levantamentos confirmam estudos do seu grupo: “As autoridades [informativas] têm se caracterizado por ser da imprensa”. Com isso, os usuários de redes sociais usam notícias para legitimar afirmações: “É um papel estratégico que a imprensa ocupou”. *Folha de S. Paulo*, de 04/07/13. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/07/1305911-jornalismo-domina-rede-social-durante-protestos-pelo-pais.shtml>

Esses significados atribuem sentido ao “(...) ‘aqui e agora’ apresentado a mim na vida cotidiana” como “o *realissimum* de minha consciência”. Porém, como “A realidade da vida diária, (...), não se esgota nessas presenças imediatas, mas abraça fenômenos que não estão presentes ‘aqui e agora’. Isto quer dizer que experimento a vida cotidiana em diferentes graus de aproximação e distância, espacial e temporalmente” (Berger e Luckman, 1994: 39); quadros interpretativos de ligação e extensão (Snow e Benford, 1992) se tornam instrumentos ideológicos necessários para vincular o “aqui e agora” a um mundo em que a consciência é dominada por “(...) motivo pragmático, isto é, minha atenção a esse mundo é principalmente determinada por aquilo que estou fazendo, fiz ou planejo fazer nele” (Berger e Luckman: 39) e, assim, sustentar uma tomada de posição.

Como este aparato conceitual é formulado no interior da tradição sociológica interacionista, o uso dele numa análise filiada à tradição materialista exige uma breve justificativa teórica. Esta corrente sociológica não coloca a problemática teórica do que é a realidade, mas como ela é percebida pelos indivíduos, o que tem para eles a qualidade de real (Goffman, 2012). Ou seja, toma as interações entre os indivíduos como elas aparecem aos próprios indivíduos, sem se interrogar sobre as determinações das condições de possibilidade das interações tal como elas ocorrem; daí a formulação de uma imagem do mundo a partir da própria percepção dos indivíduos.

A consideração desta “imagem do mundo” como a própria realidade a ser conhecida é o conteúdo da crítica de Marx à economia política burguesa, quando afirma que:

Como cada um trabalha para si e seu produto nada é para ele, tem naturalmente de trocar, não só para participar da capacidade de produção universal, mas para transformar seu próprio produto em um meio de vida para si mesmo. (...). A troca, quando mediada pelo valor de troca e pelo dinheiro, pressupõe certamente a dependência multilateral dos produtores entre si, mas ao mesmo tempo *o completo isolamento dos seus interesses privados* e uma divisão do trabalho social cuja unidade e mútua complementaridade existem como uma relação natural externa aos indivíduos, independentes deles (Marx, 2011: 106 – grifos meus).

É nesse nível imediato do lugar do indivíduo na “divisão do trabalho social” que eles são interpelados, instados a se posicionar. Ultrapassar este nível do “aqui e agora” (cujas exigências funcionais selecionam os termos do quadro interpretativo) e atingir o conhecimento das determinações estruturais das ações, e posicionar-se frente a tais determinações, são os desafios da crítica, tanto teórica como prática.

Da perspectiva materialista, a crítica ao interacionismo não deve ser dirigida à sua validade para explicar (pois explica) o que ele elege como seu objeto: a percepção da realidade pelos indivíduos, mas dirigida à formulação de uma teoria social (portanto, macroestrutural) baseada na ideologia espontânea da vida cotidiana, sem se interrogar sobre as condições de possibilidade dessa ideologia: a realidade (forma) social sobre a qual não pergunta o que é. O resultado é tomar a percepção da realidade pela própria realidade, criando um imbróglio que admite a luta política entre diferentes percepções (o que equivale a interpretações, neste caso) da realidade, mas não sobre a realidade, ou seja, sobre a forma social, uma vez que não há realidade humana exterior a esta forma.

Pode-se identificar nas intervenções dos diferentes atores, expostas na seção anterior, dois tipos de quadros interpretativos predominantes. O primeiro, de defesa da ordem, atribui o adjetivo “vândalos” aos manifestantes e elogia os agentes da ordem, tidos como responsáveis pela garantia do direito civil de ir e vir, ou seja, seleciona como elementos organizadores da interpretação dos conflitos sociais aqueles termos capazes de reconstruir a imagem de uma ordem que, repentinamente, foi perturbada, desorganizando a rotina da vida cotidiana. Este quadro interpretativo recebeu modulação diferente conforme a evolução do ciclo de manifestações, como se procurou demonstrar. Na segunda fase, o adjetivo “vândalos” passou a ser aplicado seletivamente e o direito civil de ir e vir, embora sem desaparecer, cedeu espaço ao direito político de manifestação. Já na terceira fase, recebeu outra modulação diferente, mas não incompatível com a da segunda fase, através das intervenções do governo federal e de seus opositores, que procuraram canalizar a insatisfação dos manifestantes como apoio às suas diferentes visões de reforma política, de modo que, de perturbadoras da ordem, as manifestações passaram a demandantes de aperfeiçoamento dela.

O segundo quadro interpretativo, de defesa de direitos, procurou combinar elementos do direito: civil (ir e vir), político (liberdade de organização e manifestação) e sociais (mobilidade urbana, saúde, educação etc.), constituindo uma espécie de quadro interpretativo de ampliação, pela potencialidade de ampliar a base de apoio às manifestações, conforme cada um seja capaz de identificar os direitos que reclama como motivo das manifestações.

Embora o movimento popular, em particular o MPL, tenha conquistado a revisão da tarifa do transporte público (uma vitória na segunda fase do ciclo), a predominância do tema corrupção no debate público, na terceira fase, parece indicativo de que as forças conservadoras venceram por pontos este round da eterna batalha pela atribuição de significados aos conflitos sociais, pois os movimentos populares que antes de junho já vinham reivindicando direitos sociais, continuaram a fazê-lo; inclusive reivindicando serem os legítimos herdeiros de junho.

Bibliografia

- BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas (1994). *A construção social da realidade.: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- GAMSON, William A. e MODGLIANI (1992). The social psychology of collective action. In: MORRIS, D. A. and MUELLER, C. M. *Frontiers in social movement theory*. New Haven: Yale University Press.
- GOFFMAN, Erving (2012). *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- MARX, Karl (2011). *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo.
- SCHEUFELE, Dietram A. (1999). Framing as theory of communication. Disponível em: <<http://www.asc.upenn.edu/usr/ogandy/c45405%20resources/scheufele%20framing%20as%20effects.pdf>>.
- SNOW, David e BENFORD, Robert(1992). Master frame and cycles of protest. In: MORRIS, D. A. and MUELLER, C. M. *Frontiers in social movement theory*. New Haven: Yale University Press.
- SÔLHA, Hélio L. (2013). “Media” e as manifestações de junho: controle e disputa. In: I Colóquio Internacional Arrogância, UFMG/Université de Bordeaux/Grupo Cosmopolita/CNRS.